

PERCEPÇÃO SOBRE ARMAZENAMENTO E DESCARTE DOMICILIAR DE MEDICAMENTOS POR ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS EM CAMPINA GRANDE-PB

Juliana Meira de Vasconcelos Xavier¹
Luana Andrade Lima Querino²
Karen Loraine Macena Santos³
Vitória Maria Maciel Farias Silva⁴
Patrício Marques de Souza⁵

^{1,2}Doutoranda em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande–PB, Brasil

^{3,4}Discente em Biomedicina, Faculdade Maurício de Nassau de Campina Grande, Campina Grande–PB, Brasil

⁵Docente em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande–PB, Brasil

Introdução

Os fármacos têm um papel de inquestionável relevância em nossa sociedade, desde sua importância essencial no combate das enfermidades até funções mais recentes, como o de proporcionar cada vez mais o prolongamento da longevidade humana (UEDA et al., 2009). O Brasil gera aproximadamente 78 milhões de toneladas por ano de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), estimando-se que 1% a 3% (780 mil a 2,3 milhões de toneladas) deste total sejam de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). No entanto, coleta-se por ano apenas 265 mil toneladas de RSS, correspondendo a 11% ou 34% do que é gerado. Nesse cenário o Nordeste contribui com a coleta de 38 mil toneladas por ano de RSS e a Paraíba com 2.546 toneladas por ano de RSS, correspondendo ao índice de 0,65 kg/habitante/ano na Paraíba. (BRASIL, 2014). Uma das discussões atuais está relacionada ao descarte domiciliar de medicamentos e seus impactos decorrentes da contaminação do meio ambiente (EICKHOFF et al., 2009).

Segundo Alvarenga e Nicoletti (2010), o impacto ambiental mais estudado em relação ao descarte inadequado de medicamentos está relacionado a interferência no desenvolvimento e reprodução de organismos aquáticos e a vários tipos de cânceres em humanos causados pelos estrogênios 17α etinilestradiol e 17β estradiol provenientes da excreção metabólica de humanos e animais ou do descarte inadequado que contaminam a água. Conforme o mesmo autor, o descarte inadequado de resíduos de antibióticos no meio ambiente gera bactérias resistentes.

A partir da elaboração da lei 12.305/2010, relativa à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) novas perspectivas surgiram para o controle dos resíduos no Brasil, destacando-se a logística reversa. Contudo, esta lei obrigou apenas alguns setores a desenvolverem o plano de logística reversa, e para o setor farmacêutico determinou apenas que fosse estabelecido por regulamentos ou acordos setoriais um termo de compromisso entre o setor público e as empresas.

Na Paraíba, a Lei 9.646, em vigor desde 2011, dispõe sobre as normas para a destinação final do descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para uso. E, embora proíba expressamente em seu artigo 5º o descarte de medicamentos de qualquer espécie no lixo domiciliar e em seu artigo 2º obrigue as drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação, a instalar em locais visíveis pontos para recebimento dos medicamentos já comercializados, que se encontram vencidos ou impróprios para o consumo, o que se observa na prática é o descarte de medicamentos no lixo doméstico e a ausência de locais para descartar os medicamentos impróprios para uso.

Devido a esta incoerência entre o que se é observado na prática e o que está estabelecido na lei 9.646/2011, no estado da Paraíba, o presente estudo objetivou ilustrar a situação atual e avaliar percepção sobre armazenamento e descarte domiciliar de medicamentos por estudantes de instituições públicas de ensino superior localizadas em Campina Grande-PB.

Material e Métodos

Para a obtenção dos dados foram aplicados questionários aos usuários de instituições públicas de ensino superior, entre os meses de julho e agosto de setembro de 2017, de forma aleatória, 90 questionários semiestruturados, contendo questões fechadas de múltipla escolha, nas quais foram

identificados o sexo, curso, se os participantes da pesquisa armazenavam medicamentos em seus domicílios e se armazenavam qual o local, qual o tipo de medicamento armazenado em casos de armazenamento, as formas de descarte praticadas e se os usuários e se os mesmos tinham o conhecimento sobre possíveis impactos na saúde e ambientais ocasionados pelo descarte inadequado de medicamentos.

Ao serem abordados para responder o questionário, cada participante foi informado sobre o motivo da pesquisa bem como da sua condição voluntária. Ao aceitar responder o questionário o participante assinou previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando com a publicação científica dos resultados compilados e de maneira imparcial.

Resultados e Discussão

Do universo de 90 entrevistados houve a prevalência de estudantes de graduação cursando do 1º ao 3º período. Com relação à distribuição dos entrevistados por área de conhecimento, identificou-se que 28% pertencem a área das Ciências Humanas, 25,5% Ciências da Saúde, 19% Ciências Biológicas, 13% Linguagens, Letras e Artes, 9% ciências sociais aplicadas e 5,5 % Ciências Exatas. Observa-se que a diversidade de cursos declarados pelos pesquisados no resultado deste estudo, dar-se-a devido a realização da pesquisa abranger as universidades (UEPB/ UFCG) ambos os campus localizado em Campina Grande.

As questões a seguir abordam os aspectos referentes ao uso e descarte de medicamentos. Inicialmente buscou-se identificar, se os entrevistados armazenam sobras de medicamento em suas residências, 98% declararam ter medicamentos armazenados e 2% não possuem.

Os dados do presente estudo evidenciaram os que os locais de armazenamento em sua maioria, são classificados como inseguros e inadequado, conforme observado na. Inadequados por estarem os medicamentos expostos ao sol, umidade, calor, sujeira, animais domésticos ou substâncias como perfumes, cosméticos e desinfetantes utilizados na limpeza; e inseguros podendo até estar ao alcance de crianças. Dado semelhante foi observado por (MASTROIANNI et al., 2011).

Já o armazenamento inadequado leva ao comprometimento da qualidade e da efetividade dos medicamentos, pois favorece a degradação dos princípios ativos, diminuindo sua eficácia ou promovendo a formação de outras substâncias tóxicas, o que também compromete a estabilidade dos medicamentos e causa risco de intoxicação. De modo geral, a quantidade armazenada de especialidades farmacêuticas seguiu a mesma sequência registrada no estudo prévio.

Observou-se que medicamentos frequentemente repetidos utilizados pelos estudantes universitários eram os analgésicos com 33%, que são isentos de prescrição, no entanto, não estão isentos de riscos e de necessidade de orientação para garantir seu uso adequado, em seguida estavam os anti-inflamatórios com 28% que apesar de necessitar de prescrição médica, são adquiridos em farmácias e drogarias sem a indicação de um médico ou dentista por meio de receituário, 18% indicaram os medicamentos de uso contínuos o mesmo percentual indicaram os antitérmicos, 2% fizeram referência a todos aos medicamentos citados e 2% fizeram referência a outros medicamentos.

Quando questionados sobre a forma de descarte das sobras de medicamentos, embora todos os indivíduos tendem a praticar a o descarte em vários tipos de vias fácies de acesso, os alunos demonstram que o maior percentual de descarte em suas residências é nas lixeiras domésticas 68%, enquanto 38% declararam ser o vaso sanitário.

Contudo as demais vias de descarte, sendo as mais adequadas como: doação, coleta seletiva e unidade de saúde, obtiveram os menores percentuais entre as respostas dos participantes da pesquisa. Conforme pode ser observado, os estudantes foram questionados acerca de quais impactos o descarte inadequado de medicamentos podem causar a saúde ou ao meio ambiente?

Dentre os pesquisados a maior parcela da população estudada 26% fizeram referência que a água seria uma via de maior impacto, seguindo pelo solo com 22%, o ser humano e animais foram citados por 21% dos entrevistados, um percentual de 17% afirmaram não saber se há alguma contaminação por esses resíduos, 9% acreditam que a flora seja contaminada, 2,5% acreditam que organismos podem ser tornar resistentes, pelo descarte inapropriado do resíduo e os outros 2,5% descrevem ser o uso de desnecessário de medicamentos.

Conclusão

Com os resultados obtidos, foi possível identificar que o armazenamento de medicamentos nas residências torna-se uma prática comum entre os entrevistados.

Neste sentido, surge uma preocupação ambiental, tendo em vista que, a lixeira doméstica foi apontada como a principal via de descarte para as sobras de medicamentos, mesmo os entrevistados apontarem os possíveis impactos que podem vir a ser causados ao meio ambiente.

O descarte inadequado de resíduos medicamentosos nas lixeiras domiciliares torna-se uma das vias de disseminação de impactos negativos sobre o meio natural, pois existe medicamentos com princípio ativo que ao serem descartados sem nenhum tratamento adequado podem contaminar os corpos aquáticos, solo e toda a biota. Como também ao serem destinados aos lixões, podem infiltrar-se no solo até as camadas mais profundas do lençol freático.

Associado a estes fatores, existe a carência de sensibilização diante das questões ambientais em torno da geração e destinação adequada dos resíduos. Nesse contexto, faz-se necessário que as questões ambientais sejam sensibilizadas e discutidas no ambiente acadêmico.

Referências

- BRASIL. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. Abrelpe, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br>>. Acesso em: 30/09/2017.
- EICKHOFF, P.; HEINECK, I.; SEIXAS, L. J. Gerenciamento e destinação final de medicamentos: uma discussão sobre o problema. Rev. Bras. Farm., v.90, n.1, p.64-68, 2009.
- MASTROIANNI P. C., LUCCHETTA R. C., SARRA JR., GALDURÓZ J. C. F. Estoque doméstico e uso de medicamentos em uma população cadastrada na estratégia saúde da família no Brasil. Ver. Panam Salud Publica, v.29, n.5, p.358-64. 2011.
- ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI-CARLOS, V. (org.). Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. 412p.
- UEDA, J.; TAVERNARO, R.; MAROSTEGA, V.; PAVAN, W. Impacto ambiental do descarte de fármacos e estudo da conscientização da população a respeito do problema. Revista Ciências do Meio Ambiente, V. v.5, n.1. 2009.